

DESTAQUE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010

Contas das autarquias e regiões em derrapagem

O endividamento do poder local e regional somava 718 milhões de euros em Novembro. O Governo espera para 2009 um excedente.

Marta Moitinho Oliveira
marta.oliviera@economico.pt

As contas das autarquias e regiões autónomas deverão ter fechado o ano de 2009 com uma forte derrapagem face ao ano anterior, bem como em relação ao previsto pelo Executivo. O descontrolo das contas deste sector coloca o défice do Sector Público Administrativo mais perto dos 9% do PIB.

Os dados divulgados ontem no Boletim Estatístico do Banco de Portugal indicam que entre Janeiro e Novembro as autarquias e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira se endividaram em 718 milhões de euros, um valor 43% acima do défice de há um ano. O indicador fornecido pelo banco central dá uma ideia muito aproximada do que poderá vir a ser o saldo final das contas das autarquias e regiões, já que o banco recolhe os dados sobre o crédito líquido (ou seja, descontadas as amortizações de empréstimos). Assim sendo, este agravamento coloca em perigo a previsão do Executivo. Isto porque, o Ministério das Finanças contava que no conjunto de 2009 o sector regional e local apresentasse um saldo positivo nas contas de 41,6 milhões de euros, seguindo a tendência que aconteceu nos anos mais recentes. E era preciso que as câmaras e as regiões fizessem uma elevada amortização em Dezembro para que aquele valor regressasse a um saldo positivo.

CES defende mais apoios sociais

O Conselho Económico e Social (CES) defende o alargamento dos apoios sociais em vigor e diz que a situação social deverá mesmo piorar em 2010, é referido no parecer ontem divulgado sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2010-2013. Na análise, o CES, que critica fortemente o documento, desde a forma ao conteúdo, faz várias recomendações ao Governo, concluindo que o Executivo deve preparar programas de médio prazo, com os respectivos encargos, que dêem substância àquilo que considerar realmente prioritário. Entre as recomendações, além do alargamento das medidas de apoio social em vigor, o CES diz que é fundamental que as medidas anti- crise sejam

AUTARQUAS E REGIÕES

718 milhões de euros

Os dados do Banco de Portugal indicam que as autarquias pediram mais 43% que há um ano atrás.

DÉFICE DO ESTADO

8,3% a 8,6%

Os dados da Direcção-Geral do Orçamento indicam que o défice terá fechado ao ano nestes valores. A derrapagem das contas das autarquias e regiões até Novembro carrega aquele défice em mais 0,4%.

Este deslize nas contas do poder local e regional representa cerca de 0,4% do PIB a somar ao défice do Estado. De acordo com os dados do Boletim de Execução Orçamental divulgado na quarta-feira pela Direcção-Geral do Orçamento, o défice na óptica da contabilidade pública (de caixa) fecha o ano entre os 8,3% e os 8,6%. Se o endividamento das autarquias terminar o ano num valor próximo do que já acumula em Novembro, o défice atira-se então para 8,7% a 9%. No entanto, este não é o valor em contabilidade nacional, o que interessa nas comparações europeias e que regista os compromissos passados e futuros.

O agravamento da situação fica a dever-se mais às autarquias do que às regiões. É que nos primeiros 11 meses do ano, as autarquias financiaram-se em 554 milhões, o que compara com um endividamento de 36 milhões um ano antes. Já as regiões pediram 165 milhões, menos que os 465 milhões pedidos há um ano.

Nos últimos anos as autarquias têm apresentado contas controladas. Isto depois de em 2001 o governo de Sócrates ter sido surpreendido com uma derrapagem das contas das câmaras, que ultrapassaram os limites do endividamento em ano de eleições. A situação parece ser em tudo idêntica ao que se arrisca a ter acontecido em 2009, também ano de ida às urnas no poder local.

Educação foi o ministério que mais gastou

Contenção foi a palavra de ordem do ministro Teixeira dos Santos junto dos restantes ministros durante o ano passado. O ministério das Finanças conseguiu reduzir a despesas global dos 15 ministérios. As contas partem da estimativa de despesas para os ministérios inscritas no primeiro orçamento de Estado para 2009 e a respectiva execução, agora anunciada pela Praça do Comércio. Mas nem todos os ministros conseguiram conter a despesas e a Educação, Administração Interna e Defesa Nacional conseguiram ainda gastar mais que o previsto. Já os que gastaram abaixo do previsto foram agricultura, ambiente e obras públicas. Nestes casos, os ministros usaram 83%, 87% e 88% das verbas previstos no início ano, respectivamente. ■A.A., L.R.P.

Linha de crédito para técnicos de contas

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas quer uma linha de crédito de apoio aos técnicos oficiais de contas para ajuda na adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística no âmbito do Orçamento do Estado para este ano (OE/10). A proposta foi ontem entregue ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Vasques. O presidente da OTOC, Domingues Azevedo, quer uma linha de cerca de 420 mil euros para ajuda na compra de hardware, software e para formação profissional. O responsável estima que a medida ajude 20 mil técnicos, com um montante de 21 mil euros cada. A proposta prevê que o montante seja reembolsável em 50% do valor a quatro anos. P.C.S

O aumento do número de desempregados tem motivado a oposição a avançar com alterações ao subsídio de desemprego.



Debate

O PS esperava ontem o desfecho das negociações para saber como votar as propostas de hoje.

Cristina Oliveira da Silva e Margarida Peixoto
cristina.silva@economico.pt

Os socialistas ainda não sabiam ontem, ao final da tarde, como iriam votar as propostas de alteração ao subsídio de desemprego, que a oposição discute hoje no Parlamento. Em declarações ao Diário Económico, o deputado socialista Jorge Strecht disse que esperava o desfecho das reuniões entre o Governo e os partidos para decidir o seu sentido de voto.

Em causa estão as propostas do CDS-PP, Bloco de Esquerda e PCP que, a serem aprovadas, ainda terão de ser discutidas na especialidade. De fora fica a proposta do PSD, que acabou por ser retirada por o grupo considerar que o Governo já teve "uma iniciativa igual à que o PSD tinha em cima da mesa". Trata-se do alargamento do subsídio social de desemprego em seis meses. Mas